

111 se encontra na versão inicial (**Anexo V**), e que foi solicitado o envio de contribuições à  
112 mesma. A próxima reunião do GT foi agendada para os dias 15 e 16 de agosto próximo, e  
113 solicitado à Dra. Leila que faça contato com o Dr. Rossetto, da Hidrovia Tietê-Paraná, com  
114 referência à possibilidade de sediar a reunião e uma provável visita à hidrovia. A Dra. Leila  
115 reforçou a solicitação de sugestões dos participantes para os fluxogramas e lembrou que a  
116 versão inicial da proposta de resolução é um primeiro documento para início das discussões;  
117 complementando, questionou se a Resolução pretendia abranger a outorga de usos múltiplos  
118 em bacias hidrográficas que tenham reservatórios, ou ir além, propondo procedimentos de  
119 integração com licenciamento ambiental. A data para a próxima reunião da Câmara Técnica  
120 foi definida para os dias 27 e 28 de agosto, em Brasília. O Dr. Viana solicitou a palavra para  
121 relatar que a ANA estará realizando cursos, na linha de atividades de integração de  
122 procedimentos e legislações de recursos hídricos, no Estado da Bahia, com Procuradores, e  
123 Pernambuco, com os órgãos gestores de recursos hídricos e ambientais. Disse que  
124 convênios de cooperação estão sendo estabelecidos com os órgãos gestores estaduais,  
125 segundo bacias prioritárias, visando a regularização do uso da água e focando os  
126 procedimentos de outorga do uso, de fiscalização e de cobrança. E em prosseguimento,  
127 salientou, serão feitos trabalhos de delegação de poderes aos órgãos gestores estaduais, com  
128 acompanhamento da ANA. Neste momento, às 17:00 horas, a Dra. Leila encerrou a reunião,  
129 agradeceu a presença de todos e ressaltou o quorum de trinta pessoas.

130

131 Ata aprovada na 18ª reunião, realizada no dia 28/agosto/2002.

132

133

134 LEILA CARVALHO GOMES

135 Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO

Relator

60 interfaces que a respectiva Norma terá com os órgãos gestores, as empresas de saneamento  
61 e a vigilância sanitária. Com isso, o Dr. Miguel realizou sua apresentação (**Anexo III**).  
62 Após a palestra, a Dra. Leila abriu para debates e comentou que o assunto é novo e tem  
63 interfaces nos atos de outorga e licenciamento ambiental, com ênfase na integração de  
64 procedimentos. O Dr. Marcelo ressaltou que os parâmetros estabelecidos na Resolução  
65 CONAMA nº 20, de 1986, são mais restritivos que os estabelecidos nesta Portaria. O Dr.  
66 Roberto argumentou que a referida Resolução do CONAMA não estabelece parâmetros  
67 visando apenas o abastecimento humano; citou o exemplo das comunidades aquáticas que,  
68 normalmente, têm parâmetros ainda mais restritivos. A Dra. Leila observou que o Dr.  
69 Miguel deverá ser solicitado para futuros esclarecimentos, quando a CT iniciar a discussão  
70 sobre a Portaria em questão. O Dr. Roberto convidou o Ministério da Saúde a participar  
71 mais ativamente dos trabalhos desta CT, apesar de não ser membro. O Dr. Johnny, como  
72 Conselheiro titular representante do Ministério, esclareceu que é pretensão do Ministério  
73 fazê-lo. A Dra. Nolan relatou que está sendo criado, no Ministério da Saúde, grupo para  
74 estudos da implementação da Portaria e externou convite à participação dos interessados.  
75 Neste momento, a Dra. Leila passou ao item 4 da pauta: aprovação da Ata da 16ª Reunião  
76 desta Câmara Técnica. Após as modificações sugeridas, a mesma foi aprovada. Dando  
77 continuidade, a Dra. Leila passou ao item 5 da pauta: apresentação dos trabalhos  
78 desenvolvidos pelo GT Mineração. O Dr. Emanuel, Coordenador do GT, fez um breve  
79 relato sobre a 5ª Reunião, realizada em Belo Horizonte. Falou que a reunião constou de dois  
80 dias de discussão da proposta de Resolução, versão 6 (**Anexo IV**), e um dia de visita  
81 técnica; ressaltou a importância da visita técnica para mostrar a possibilidade de  
82 harmonização da atividade minerária com a questão do meio ambiente. Citou também o  
83 fluxograma em elaboração no GT contemplando a integração de procedimentos de outorga  
84 de recursos hídricos e licenciamento ambiental, para a atividade de mineração, o qual  
85 deverá ser um anexo à Resolução. O Dr. Marcelo disse que tem sugestões para a elaboração  
86 do fluxograma e se comprometeu a trazê-las para a próxima reunião do GT. O Dr. Emanuel  
87 prosseguiu e disse que o GT deverá concluir a proposta de Resolução na próxima reunião,  
88 que está agendada para agosto; acrescentou que está elaborando um histórico sobre as  
89 atividades do GT o qual será enviado aos participantes desta CTPOAR. O Dr. Hélio se  
90 comprometeu a enviar sugestões relativas à proposta de Resolução. A Dra. Leila elogiou os  
91 trabalhos do GT e salientou que, apesar dos diferentes interesses envolvidos, a proposta está  
92 muito interessante e inovadora no sentido de montar uma Resolução envolvendo  
93 recomendações para articulação dos procedimentos de outorga de recursos hídricos,  
94 licenciamento ambiental e atividade minerária. Ressaltou a importância da divulgação desta  
95 Resolução, junto aos poderes outorgantes e licenciadores ambientais estaduais. A próxima  
96 reunião deste GT ficou agendada para a segunda quinzena de agosto próximo,  
97 provavelmente nos dias 20 e 21. Foi lembrado que o Dr. Saulo, do CTEM, ofereceu-se para  
98 sediar a reunião na cidade do Rio de Janeiro. Com o término do assunto, o Dr. Emanuel se  
99 referiu à questão das outorgas de uso de águas minerais, assunto que foi proposto para  
100 discussão conjunta com a CT Águas Subterrâneas (CTAS); informou que, na CTAS, foi  
101 proposta a criação de Grupo de Trabalho para discutir o tema. Com o consenso dos  
102 presentes, o Dr. Marcelo se comprometeu a encaminhar, para a próxima reunião da CTAS, a  
103 proposta de criação de um Grupo de Trabalho com a participação das duas CTs. Neste  
104 momento, a Dra. Leila passou ao item 6 da pauta: apresentação dos trabalhos desenvolvidos  
105 pelo GT Reservatórios. O Dr. Luiz Cláudio disse que o Dr. Diógenes se desculpou pela  
106 ausência, motivada por compromissos assumidos anteriormente. Assim, por solicitação do  
107 Dr. Diógenes, falou sobre as atividades do GT, que se reuniu no dia 6 de junho último.  
108 Relatou que foi solicitado, aos setores usuários e aos órgãos gestores, o envio dos  
109 respectivos fluxogramas demonstrativos da integração de procedimentos de licenciamento  
110 ambiental e de outorga referentes a reservatórios; falou sobre a proposta de Resolução, que

1                   **ATA DA 17ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE**  
2                   **PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS,**  
3                   **REALIZADA EM BRASÍLIA/DF.**  
4  
5

6     **DATA:** 26/06/2002     **Início:** 14:05 hs     **Término:** 17:00 hs  
7

8     **PARTICIPANTES :**

9     Ministério do Meio Ambiente: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)  
10    Ministério do Transportes: Guilherme de Lima Paes (guilherme.paes@transportes.gov.br)  
11    Agência Nacional de Águas – ANA: Francisco Lopes Viana (fcoviana@ana.gov.br)  
12    Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL: (ausência justificada)  
13    Conselhos Estaduais Região Sul: Rejane Beatriz de Abreu e Silva (rejanebs@zaz.com.br)  
14    Conselhos Estaduais Região Sudeste: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)  
15    Conselhos Estaduais Região Centro-oeste: Marco Alexandre S. André (marco\_alexandre@yahoo.com.br)  
16    Conselhos Estaduais Região Nordeste: (ausência)  
17    Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: (ausência)  
18    Irrigantes: (ausência justificada)  
19    Indústrias: Marcelo Taylor de Lima (marcelo.taylor@cverd.com.br)  
20    Setor Hidroviário: José Di Bella Filho (di\_bella@uol.com.br)  
21    Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Maria Aparecida Borges  
22    Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)  
23

24    **CONVIDADOS:**

25    Adélia Japiassu Leal – MCT (ajapiassu@mct.gov.br)  
26    Alberto Antônio Muller – DNPM/MME (gtmuller@terra.com.br)  
27    Armando de Queiroz Teixeira Neto – DNPM (armando@dnpm.gov.br)  
28    Caio Márcio de Benício Rocha – FEAM/MG (caiom@feam.org)  
29    Célia Cristina M. Pimenta – ANA (celiacristina@terra.com.br)  
30    Célia Maria Brandão Fróes – IGAM/MG (celia@igam.mg.gov.br)  
31    César Augusto Paulino Grandchamp – MBR (cpg@mbr.com.br)  
32    Dário Moraes de Almeida – DNPM (dario@dnpm.gov.br)  
33    Decio Michellis Jr. – Grupo Rede / ENERPEIXE (rela@zaz.com.br)  
34    Elifas Moura de Miranda Júnior – Consultar (elifasmiranda@bol.com.br)  
35    Emanuel Teixeira de Queiroz – DNPM (emanuel@dnpm.gov.br)  
36    Hélio Luiz Castro – SABESP/SP (heliolcastro@sabesp.com.br)  
37    Hidely Grassi Rizzo – ANA (hidely@ana.gov.br)  
38    Johnny Ferreira dos Santos – Ministério da Saúde (johnny.santos@funasa.gov.br)  
39    Marco Antônio Felix Figueiredo – ANA (marcofelix@ana.gov.br)  
40    Martha Regina Von Borstel Sugai – ANA (martha.sugai@ana.gov.br)  
41    Miguel Crisóstomo Brito Leite – FUNASA (miguel.leite@funasa.gov.br)  
42    Mônica Tavares Rocha – SRH/MMA (mrocha@snrh.gov.br)  
43    Nolan Ribeiro Bezerra – Ministério da Saúde (nolan.bezerra@funasa.gov.br)  
44    Rosa H. de O. Martins – CETESB/SP (rosam@cetesb.sp.gov.br)  
45

46    **RELATORES:**

47    Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)  
48    Ednaldo Mesquita Carvalho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)  
49

50    **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

51    Às 14:05 horas do dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e dois, a Dra. Leila abriu a  
52    17ª Reunião desta Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e  
53    Ações Reguladoras (CTPOAR) do CNRH. Agradeceu a presença de todos e sugeriu  
54    inversão na pauta da reunião (**Anexo I**), com a colocação do item 3 em primeiro lugar. Com  
55    o consenso obtido, a Dra. Leila iniciou os trabalhos do dia pela apresentação do Dr. Miguel  
56    Leite, da FUNASA, que representou o Dr. Guilherme Franco, sobre a Portaria MS nº 1.469,  
57    de 2000, que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e  
58    vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade (**Anexo**  
59    **II**); explicou que o pedido da apresentação foi baseado no interesse da CT em discutir as